

As gentes e os tempos de mudança numa cidade do interior

A Covilhã em questão*

Isabel Duarte**

1. O indivíduo, o local e o desenvolvimento

A mudança em curso na Covilhã passa por uma *reestruturação económica* e pela *recomposição social* da sua população, perceptível não só ao nível estrutural, bem como nas estratégias de reprodução dos indivíduos. É um processo com uma lógica espaço-temporal intrínseca e que só adquire sentido no *local* que o contextualiza.

Alterações ocorridas na estrutura da população e na sua composição face ao emprego, na estrutura familiar ou no nível de vida dos indivíduos, serão os alicerces de uma mudança que, se aspira, contorne os efeitos de uma crise arrastada.

As estratégias de reprodução impõem-se, neste contexto, como variável explicativa fundamental, apelando ao conhecimento das estratégias sociais, redes de comunicação e aspirações sócio-profissionais dos sujeitos envolvidos no processo, entendidos como indivíduos que, como avança A. Giddens¹, são detentores de competências próprias, mais ou menos conscientes da sua acção e portadores de um conhecimento/experiência insubstituíveis.

A rotinização das práticas é essencial aos mecanismos psicológicos que asseguram a manutenção de um sentimento de confiança nos indivíduos. A rotina, ao alojar-se sobretudo na consciência prática, distinta da consciência discursiva ou do inconsciente, deve ser assumida como objecto de pleno direito das ciências sociais. E uma das "novas" preocupações destas ciências é exactamente a de se proverem de meios conceptuais que permitam analisar o que sabem os actores a propósito do porquê eles fazem o que fazem, em particular

* Este texto foi parcialmente apresentado nas III Jornadas da Beira Interior e retirado de um trabalho realizado pela autora para o Movimento de Solidariedade Rural no âmbito do projecto "Aldeias de Montanha", e aí apresentado com o título *Estrutura produtiva e características da mão-de-obra na região industrial da Covilhã*, em Julho de 1990

** Docente no Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES

se estes actores não estão conscientes (de modo discursivo) que o sabem. Por outro lado, a maior parte das interrogações que começam por "porquê" não exigem generalizações como tipo de resposta. A descoberta de generalizações não deve ser, nem a natureza exclusiva da teoria social, nem o seu fim último².

Entre a mudança que vai sendo provocada nos sujeitos e os próprios sujeitos da mudança, realçam as potencialidades e limites da *acção social localizada*. De um lado, tempos e espaços que sedimentam lógicas locais, que estabilizam as relações sociais oriundas de "histórias", de crises e de adaptações do sistema. Do outro, o compromisso dos indivíduos, portadores de identidades, aspirações e conflitos, com práticas que convergem, elas próprias, para relações estruturais, para a reprodução do sistema. No seu conjunto, são componentes inseparáveis da mudança e variáveis fundamentais do desenvolvimento.

O desenvolvimento é, antes de mais, uma dinâmica de actores, resultante da relação entre grupos detentores de poderes desiguais. Entre as formas de organização social, a estrutura produtiva ou o grau de socialização do poder local e o próprio Estado, interpõe-se a região, espaço mediatizador com conteúdos culturais e identidades específicas e como quadro de interacção, opondo-se a uma concepção homogênea da sociedade.

A Covilhã torna-se, hoje, um caso particularmente interessante pela oportunidade de se acompanhar um caso de reestruturação em curso, enquadrado por medidas governamentais. Tendo por base uma sociedade onde a interioridade foi um instrumento das lógicas locais de poder, impõe-se o desafio de perceber o equilíbrio entre as políticas e directrizes oficiais e a sua adopção local. Muitas frustrações e desajustamentos decorrerão ainda deste processo, mas interessará desde já captar a capacidade dos grupos locais, não só na adopção das medidas externas, como na afirmação de princípios e estratégias de desenvolvimento local. O que nos remete para as solidariedades e conflitos na gestão dos recursos locais e na reprodução das relações sociais.

Como detectar grupos inovadores, institucionais ou não, fonte de autonomia e de produção de novas regras? Quem faz a mudança e quem a não faz, num contexto de recomposição social e de afirmação de novos líderes, onde a capacidade de negociar com o exterior é um dado fundamental?

A revitalização do tecido empresarial, resultante possível de uma dinâmica entre o sonho, o discurso e a acção dos indivíduos, uma reconversão profissional e recursos humanos que respondem/exigem novos postos de trabalho e novas qualificações, serão sintomas de uma reestruturação económica que sugere um importante grau de endogenização e de redistribuição do poder.

Se aceitarmos a importância da dinâmica da sociedade civil, como definir então a modernização, ou mesmo a competitividade, tida como indicador económico fundamental destes processos? A competitividade não pode corresponder a uma análise linear dos aumentos de produtividade, tendo que se considerar as formas de gestão, a qualidade, ou as lógicas de interacção dos recursos humanos. De que condições depende a inclusão ou exclusão de grupos

tradicionalmente mais vulneráveis como os jovens, as mulheres, os reclassificados ou os, prematuramente ou não, reformados? Ou ainda, qual o "património" acumulado que possa funcionar como potencial alternativo de desenvolvimento?

A mobilidade impõe-se, neste contexto, como uma dimensão fundamental. As estratégias de mobilidade obedecem à procura de uma posição social que é distinta do posto de trabalho. A qualificação é um percurso individual que combina a experiência e a formação adquirida pelos indivíduos e onde as questões de poder não se esgotam na esfera económica. A mobilidade é a resultante de uma relação entre estratégias e canais de mobilidade, com base em espaços de criação e iniciativa mas também em espaços de bloqueio e resistência.

Estes são percursos colectivos mas também individuais. E neste campo a tipologia clássica das classes sociais mostra-se demasiado dicotómica, dificilmente integrando questões como a força das aspirações à mobilidade. Não queremos aqui contrapor o mito liberal da mobilidade individual à mobilidade colectiva, mas tão somente complexificar as questões de poder, independentes, por vezes, do lugar na produção e com especificidades face, por exemplo, ao meio rural ou urbano onde se situem.

2. Apontamento histórico

Os privilégios concedidos à Covilhã nos diferentes reinados indiciam um significativo peso político da região ao longo da sua história, ao que não será alheia a importância dos seus lanifícios³. No entanto, no século XVIII, o trabalho de fiacção e tecelagem era ainda inteiramente manual, contando-se uma única manufactura a vapor em 1863. Por outro lado, os tecidos da Covilhã chegavam a Lisboa a preços mais elevados que tecidos de outras regiões do país, devido, sobretudo, a dificuldades dos transportes. Um tal desequilíbrio será sempre suplantado à custa de diferenças salariais e utilização da energia hidráulica. Durante todo o último século, a água das ribeiras foi a fonte de energia privilegiada, não substituída, ainda, pelo carvão, mais dispendioso.

A - A ascensão gorada de uma mão de obra disponível

A meio caminho entre a montanha, fornecedora de água, caça e glebas, e o vale, com bons solos (placas de aluvião), as gentes da Covilhã terão usufruído de melhores condições de subsistência que muitas outras regiões do interior do país. Em 1535 a Covilhã contava com 3276 habitantes, valor que aumentou continuamente, salvo entre 1890 e 1900, devido à forte emigração para o Brasil, e entre 1911 e 1930, face à I Guerra Mundial e à epidemia da pneumónica.

Depois destes períodos, a Covilhã recupera o seu lugar de excepção, num interior dominado por pequenos centros populacionais.

Esta dinâmica demográfica tem uma importância histórica particular, uma vez que, e segundo defendem alguns autores, a oferta de mão de obra, mais do que a existência de matérias primas, terá sido um dos factores determinantes na implantação de indústrias têxteis em zonas rurais. Se bem que seja necessário realçar a importância económica e social dos rebanhos na zona da Covilhã, eles estiveram longe de poder satisfazer as necessidades da indústria local.

A Covilhã concentrou um significativo potencial de mão de obra, disponível, sobretudo, a partir da usurpação dos baldios. O pagamento em víveres, a pastorícia, ou uma agricultura de subsistência, não deixavam aos camponeses grandes alternativas de melhorarem o seu nível de vida. Como se refere num estudo sobre uma outra região têxtil do país, o Vale do Ave⁴, o trabalho nas fábricas impunha-se como a única alternativa de ascensão na escala social e económica. As estratégias que se foram localmente afirmando, tanto no recrutamento quanto na reprodução da mão de obra, viriam a ter consequências profundas nas formas de proletarização, preferindo muitos procurar "padrinhos" influentes, a organizar-se. E, por fim, a mudança escolhida por uns e imposta a outros, não se mostraria assim tão vantajosa...São relações cuja especificidade será necessário entender numa realidade local com espaços e tempos sociais com acentuada heterogeneidade.

Nas fábricas da periferia a actividade industrial articulava-se com a actividade agrícola, como complemento possível à sobrevivência dos "rurais feitos operários", enquadrados, nalguns casos, por uma intensa actividade católica. No centro, "operários em exclusividade" desdobravam-se pelos diferentes turnos e ocupavam lugares mais qualificados, unidos não em torno da igreja mas das suas associações de bairro. São níveis desiguais de integração que os empresários aprenderam a gerir: sujeitando-se, no primeiro caso, às exigências dos tempos agrícolas (ideais para algumas greves), pagavam, em contrapartida, salários inferiores aos praticados na cidade. Aqui, os operários eram mão de obra pontual e óptimo exército de reserva, mas também estavam mais aptos para o conflito. Em qualquer dos casos o sistema não deixava de conter as suas particularidades: o lugar na fábrica e uma posição na hierarquia operária a manter, como "património" deixado pelos pais aos novos candidatos a operário; ou o apadrinhamento como mecanismo de ingresso, logo tornado gratidão eterna. De uma forma ou de outra, são relações que foram sedimentando uma influência específica das empresas no modo de vida e comportamento destes indivíduos, proporcionando dificuldades acrescidas à capacidade de mobilização nos principais momentos de conflito entre o capital e o trabalho. E estes foram sempre momentos de grande crise, de grande ruptura na subsistência dos trabalhadores.

A Covilhã, entre a semi-proletarização e a separação total da terra, dominada pela fraca diversidade produtiva, conduzia a uma menor margem de manobra para a organização operária. Apesar disso, o proletariado da Covilhã

organizou-se muito cedo, comparado com a restante classe operária portuguesa. Segundo M.V. Cabral⁵, foi sobretudo na primeira década do século XX que eles se mantiveram activos, mas posteriormente pouco se ouviu falar deles. O crescimento do movimento grevista, principalmente a partir de 1889, nunca deixou de estar relacionado com o aumento do custo de vida, agudizando-se depois da grande crise de 1890-1892.

B - As vicissitudes de uma mono-indústria

Já no nosso século, esta indústria sofre um forte incremento nos anos 30 e 40, aproveitando, sobretudo, benefícios decorrentes da Guerra Civil Espanhola e da II Grande Guerra.

Fortuna feita, o que se lhe seguiu não foi nem a melhoria dos salários nem da estrutura produtiva, numa indústria caracterizada pela falta de especialização e por uma obsoleta tecnologia, nem ainda, o investimento noutras áreas.

Para esta situação muito terá contribuído o condicionamento industrial vigente no Estado Novo, protegendo os lanifícios da concorrência e mantendo sempre muito baixos os níveis salariais.

Neste contexto, não se apelava a uma mão de obra qualificada ou à modernização tecnológica do sector. Os "fabricantes" da Covilhã, muitos deles detentores de baixos níveis de escolaridade, não foram incentivados a consolidar uma gestão especializada, sempre baseados na lógica familiar e na transmissão de pais para filhos.

A conjuntura económica dos anos 60, ao contar já com a adesão de Portugal à *EFTA*, conduziu a uma inevitável abertura ao exterior, posicionando o têxtil num mercado muito mais concorrencial. Surgem novos produtores mundiais, competindo em preço e qualidade. O algodão impõe-se no mercado e começam a surgir as fibras sintéticas.

As empresas da Covilhã defrontam-se nesta altura com grandes dificuldades. E a recuperação mostrar-se-á tanto mais difícil quanto muitas destas fábricas se encontram descapitalizadas, fruto da distribuição de dividendos sem contrapartida no investimento. Foi o início de uma grande crise...

Com o susto, novas preocupações se impõem. Na procura de soluções, começa a falar-se de melhor gestão, de modernização e de qualidade, o que vem atribuir um papel de realce à Escola Técnica Campos Melo.

A escola técnica, apoiada por Veiga Simão, assiste a um acentuado crescimento nos finais dos anos 60. Formando quadros para as indústrias locais, contribui, simultaneamente, para uma mais clara afirmação de uma elite operária, especializada. Novas fissuras se registam na "solidariedade" operária...

Os empresários, por seu lado, procuram através dos filhos obter um saber técnico, capaz de enfrentar os novos desafios. Vários "herdeiros" são então enviados para Lovaina, Bruxelas, etc., com bolsas da ANIL, para prosseguirem estudos na área da engenharia têxtil e das técnicas de gestão.

Com o 25 de Abril, no entanto, veio a declarar-se a falência de muitas empresas, então totalmente descapitalizadas. A acentuada evolução dos índices salariais, verificada nessa altura, virá destruir um dos principais trunfos destas empresas, contribuindo para o eclodir de uma crise que se arrastava desde a década anterior.

As tensões sociais há muito latentes e até então refreadas, e a frágil estrutura produtiva, não resistirão à conjuntura social, política e económica vivida após a Revolução. As falências sucedem-se e o desemprego instala-se na região. As dívidas das empresas à Segurança Social foram-se agravando e os empréstimos tornam-se o único recurso, sem que a reestruturação das mesmas aconteça, tendo como consequência o adiamento de "uma morte anunciada".

3. Mudança social e económica na Covilhã

A - Recomposição social

Sem elementos para uma análise estatística actualizada, difícil se torna avaliar a evolução verificada na década de 80, período fundamental para a eventual revitalização da região. Podemos, no entanto, recorrer a dois indicadores indirectos (o recenseamento eleitoral e as matrículas nas escolas primárias), para uma tímida aproximação à realidade dos grupos etários aí englobados.

Verifica-se no recenseamento eleitoral um aumento de 44035 para 49364 eleitores entre 1980 e 1988, o que corresponde a um acréscimo de 12,1%. Só duas freguesias do concelho reduzem o seu número de inscritos, crescendo 10% nas freguesias urbanas, ou seja, mais 1743 indivíduos aqui registados.

Já as matrículas na escola primária têm sofrido, no concelho, baixas sucessivas, com um decréscimo de 27% entre o ano lectivo de 1975/76 e de 1988/89.

Estamos, assim, perante evoluções inversas. No primeiro caso, um aumento da população com mais de 18 anos poderá indicar uma atracção e fixação no concelho, tanto através da imigração como do retorno de emigrantes. No segundo caso, pressupondo-se que não se assiste a uma repulsão da população, poder-se-á estar perante os efeitos de uma diminuição acentuada das taxas de natalidade, acompanhando, aliás, a tendência nacional.

A confirmar-se esta realidade, ela viria contrariar uma versão bastante aceite na região que refere uma nova e significativa vaga emigratória. Assistir-se-á, eventualmente, a uma saída real de indivíduos, mas em condições particulares: jovens na sua maioria, para uma emigração sazonal, por 3/6/9 meses, sobretudo para serviços de hotelaria e agricultura na Suíça. É uma emigração que tem contado com bastantes efectivos em todo o país e que não parece degenerar em emigração definitiva, dado um maior conhecimento, por parte dos indivíduos, das ilusões do processo emigratório tradicional. Quanto à região da Covilhã é de facto de realçar o peso francamente maioritário dos

indivíduos aí recrutados no conjunto dos contratos já estabelecidos pelo Instituto de Apoio à Emigração da Guarda.

A mudança a que se assiste nos anos 80, recebendo, inevitavelmente, impulsos externos, estará fortemente alicerçada em grupos sociais outrora inexistentes e/ou inoperantes. Ressaltam, entre estes, novos pequenos empresários não descendentes das famílias tradicionalmente ligadas à actividade empresarial e que começam a apostar em sectores diversificados; classe média em franca ascensão, induzida pela multiplicação dos serviços, provocando por seu lado o aparecimento de novos serviços e exigindo padrões mais elevados de qualidade.

A mudança exigirá alterações no comportamento das famílias, surgindo novos padrões de consumo económico e cultural. Importa perceber quais as exigências oriundas das alterações no mercado local de trabalho face às formas de reprodução social e, simultaneamente, quais as adaptações provocadas por estas formas de reprodução no próprio sistema reprodutivo local.

Não podemos deixar de referir, neste âmbito, o grupo dos emigrantes. Assistindo-se a um processo crescente de retorno, há várias questões a reter de uma realidade que é complexa.

Eles são acusados, desde sempre, de "perderem alegremente o seu dinheiro", de só investir na sua casa ou, quando muito, no pequeno comércio. É uma leitura demasiado simplista que permite ilibar de responsabilidades os serviços oficiais com eles relacionados.

O emigrante não é esclarecido sobre investimentos com mais potencialidades, nem lhe é divulgada informação pertinente para o aproveitamento de uma qualificação profissional adquirida "lá fora". É possível criar empresas familiares onde os indivíduos apliquem as suas economias e continuem activos. E, disso, há já bons exemplos.

Por outro lado, os pais que regressam com os filhos, têm começado a optar pelo abandono do sonho da casa construída na aldeia, do seu regresso às origens e da sua velhice em família, comprando habitação nos núcleos urbanos. Aí procuram que os filhos tenham uma inserção menos conflituosa do que a que se tem verificado nas pequenas comunidades. Os filhos dos emigrantes, mal integrados no sistema escolar, não conseguem uma comunicação fácil, nem sequer com os familiares.

A ida para a cidade é pressionada, também, por muitas mulheres que, em contacto com os modos da vida das famílias para quem trabalharam, terão criado necessidades e aspirações que já não se enquadram no pitoresco da aldeia. É um processo já visível no Fundão que tem atraído os emigrantes das freguesias da Covilhã. Mas esta opção não deixa de ter, também, as suas contrariedades. Sem laços familiares, muitos sem ocupação, estes emigrantes repetem no quotidiano uma vida isolada e sem objectivos.

É ao nível das comunidades locais que têm de ser minorados os efeitos desgastantes da pressão do retorno, onde tem vingado o sentimento de "estranho na sua própria terra". Os emigrantes tendem a formar uma população

desiludida, face a uma experiência que talvez não fizessem se previamente conscientes das dificuldades e frustrações inerentes (tanto no país de acolhimento, como no retorno ao próprio país).

Neste contexto, as mulheres foram afectadas de modo particular. Citemos as que ficaram "viúvas de maridos vivos", já grávidas para "maior segurança", com a preocupação constante de "não pôr o pé em ramo verde". Aguardavam ansiosa e repetidamente o "papel vermelho" que lhes traria a colaboração do marido na sobrevivência da família. Quando chegava! Porque de alguns maridos nunca mais se ouvia falar...

B - Desemprego

O desemprego, variável fundamental da dinâmica económica e social, assume, na região, lugar de realce, face à crise do sector textil da Covilhã, principal angariador de emprego na zona. De facto, a região da Covilhã apresenta as taxas de desemprego mais elevadas do distrito e acima da média do continente, com uma forte incidência nos jovens e nas mulheres e atingindo maioritariamente indivíduos de baixo nível escolar e sem qualificação profissional.

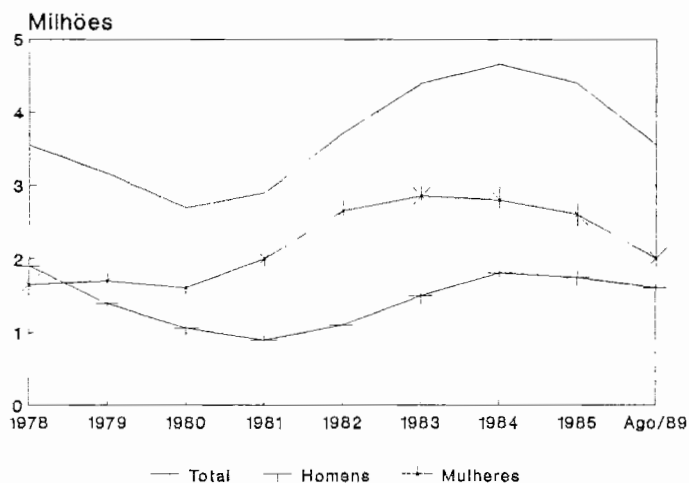
Em Março de 1981 o INE regista 2220 desempregados no concelho da Covilhã, o que corresponde a 9,7% da sua população activa (7,6% no continente, na mesma altura).

Segundo a informação estatística do I.E.F.P., depois de um decréscimo de quase 25% entre 1978 (3596 efectivos) e 1980 (2951 efectivos), o desemprego vai atingir 4666 indivíduos em 1984, o que corresponde a um acréscimo de 72,5%. Diminuirá depois consideravelmente, até se aproximar, em Agosto de 1989, dos valores verificados em 1976. Corresponderá esta recente evolução a um mercado de trabalho em crescimento? Pouco se poderá avançar sem mais informação disponível. Mas há ainda aspectos estruturais deste desemprego que interessa reter (ver Gráfico 1).

É o desemprego feminino aquele que conhece maiores aumentos, com um acréscimo de 71% entre 1978 e 1983 (passa de 1671 para 2896 efectivos), para diminuir depois 32,2% até Agosto de 1989 (com 1963 efectivos). Enquanto que em 1978 o desemprego masculino representava 53% do total, a repartição por sexos torna-se progressivamente mais desigual, com um máximo em 1982, onde o desemprego feminino atinge os 70%. Esta diferença atenuar-se-á depois, registando-se em Agosto de 1989 um desemprego feminino de 55% e masculino de 45% (ver Gráfico 2).

Por outro lado, em Abril de 1989, 67,7% dos indivíduos estão desempregados há mais de um ano, registando-se uma ligeira diminuição face aos 68,3% verificados em 1985. Esta realidade é também mais marcante no caso das mulheres, com 70,3% de desempregadas há mais de um ano, em 1989, registando-se 64,6% de homens na mesma situação. Há, no entanto, uma evolução diferenciada desta repartição: enquanto que o desemprego feminino com mais

Gráfico 1: Evolução do desemprego por sexos entre 1978 e 1989



Centro de Emprego da Covilhã: 4 concelhos: Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor
 Fonte: Estatísticas mensais do I.E.F.P

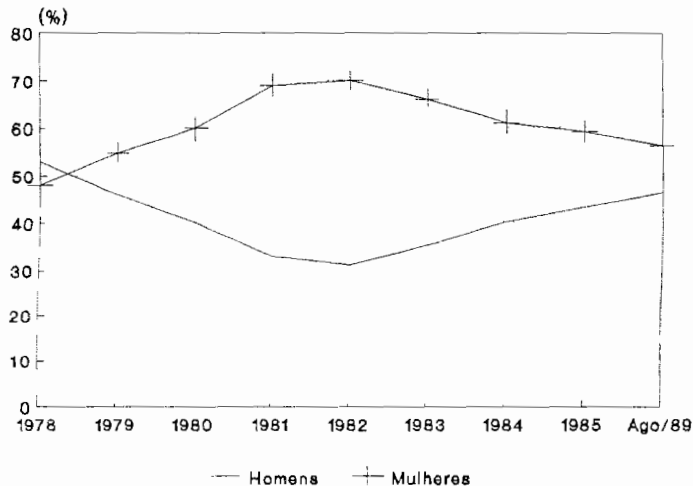
de um ano diminuiu de 75% para 70% entre 1985 e 1989, o masculino passa de 59% para 64,4% na mesma altura.

Trata-se, ainda, de um desemprego bastante jovem, tendo-se registado 41,6% de indivíduos com menos de 25 nos (35,9% no Continente), em Abril de 1989. É uma procura que dificilmente será coberta, por se tratar, nomeadamente, de um desemprego pouco qualificado.

Do desemprego registado em Fevereiro de 1985, 83% do total dos indivíduos não possuía a escolaridade mínima de 9 anos. Destes, 14,3% não tinham a 4ª classe. Esta realidade é tanto mais preocupante quanto, na mesma data, cerca de 79% dos desempregados até aos 34 anos não têm a escolaridade obrigatória e 47% só adquiriu o diploma da 4ª classe.

No conjunto dos desempregados, impõem-se soluções para um grupo particular oriundo dos lanifícios. Dificilmente integrados na actual dinâmica produtiva, tendem a acentuar a sua marginalização económica e social. Se para alguns a agricultura ainda pode funcionar como um refúgio, para muitos outros a solução não parece visível a curto prazo. Pouco se sabe sobre o seu "destino". Segundo informação de um delegado do Sindicato dos Têxteis da Covilhã, terão aumentado consideravelmente os vendedores ambulantes, muitos deles ex-trabalhadores dos lanifícios. Outros terão optado pela construção civil, deslocando-se para obras no litoral ou sul do país. Outros ainda, terão conseguido lugar no "recrutamento" que os serviços públicos têm feito nos últimos anos. Os mais novos tenderão a escolher a emigração sazonal em crescimento na região como

Gráfico 2: Evolução da estrutura do desemprego por sexos entre 1978 e 1989



4 concelhos: Belmonte, Covilhã, Fundão, Penamacor

Fonte: Estatísticas mensais do IEFP

a solução possível. Os mais velhos terão ficado no desemprego até à idade da reforma que conseguem mais cedo que trabalhadores de outros sectores de actividade, dado que começaram a trabalhar muito novos (aos 10/14 anos na sua maioria).

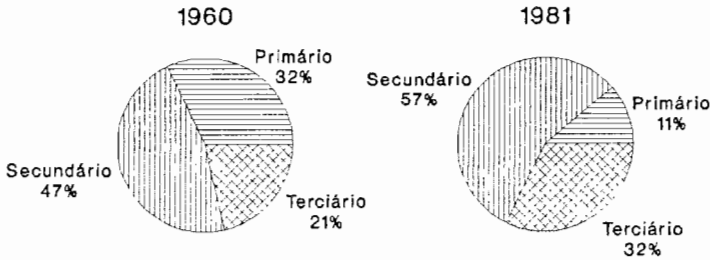
No caso específico das mulheres, seria apressado concluir que as confecções, em desenvolvimento, tenham absorvido grande parte do desemprego feminino oriundo dos lanifícios, uma vez que estas empresas recrutam sobretudo mão de obra jovem. As confecções terão de qualquer modo servido de amortecedor do desemprego, ao absorver a "nova" mão de obra que no têxtil já não teria lugar.

Por outro lado, parece haver, em ambos os sexos, uma tendência para uma sobrevivência à base do subsídio de desemprego, num grupo desde sempre habituado a moderar as suas necessidades. É uma situação que afecta as aspirações que desenvolvem, com consequências inevitáveis para a sua valorização, tanto na esfera do trabalho quanto na esfera social e cultural.

4. Reestruturação económica

É ao nível dos serviços que mais se têm sentido as alterações da estrutura económica, acompanhando as tendências de acentuado crescimento deste sector por todo o país (ver Gráfico 3).

Gráfico 3: Repartição da população activa por sectores de actividade no concelho da Covilhã em 1960 e 1981



Fonte: X e XII Recenseamento Geral da População, INE, 1960 e 1981

O turismo será, no contexto geográfico da região da Covilhã, uma quase inexplicável excepção. Inexplicável, uma vez que se trata de uma região com grandes potencialidades para um aproveitamento turístico, tanto no vale quanto na montanha. A inoperância tem partido tanto do sector público quanto do privado, continuando a privilegiar-se o turismo da neve, numa zona onde ela é, na maior parte do ano, um "acidente".

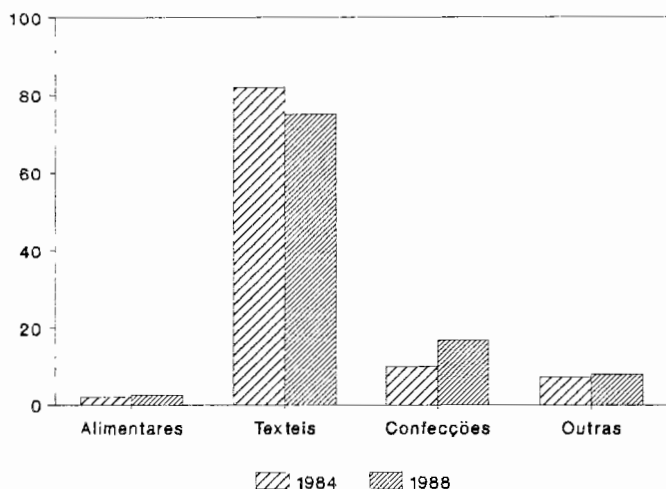
É o sector das confecções que, no interior das indústrias transformadoras, conhece um maior crescimento. Ocupando 10% do emprego em 1984 e 16% em 1988, sofre, nestes anos, um acréscimo de 60%. Já no sector dos lanifícios verifica-se uma diminuição do emprego neste sector, que diminui 3,2% entre 1984 (com 6768 trabalhadores no activo) e 1988 (com 6552 trabalhadores), segundo a informação dos quadros de pessoal do Ministério do Emprego. Acrescente-se que, nos anos 80, o sector tem recorrido em larga escala a contratados a prazo, o que diminui, ainda mais, as situações de pleno emprego. Mesmo assim, e apesar de todas as vicissitudes, o sector têxtil totaliza em 1988, ainda 75% do emprego nas indústrias transformadoras, que constituem 96,4% do emprego no sector industrial do concelho (ver Gráfico 4, página seguinte).

Uma análise qualitativa das indústrias de lanifícios da Covilhã na década de 80 faz realçar um conjunto de meia dúzia de empresas em situação económica estável, visivelmente bem apetrechadas para enfrentar os desafios do presente. São empresas com uma história um tanto particular na região, uma vez que mais cedo procuram acompanhar as principais alterações tecnológicas do sector, apresentando hoje elevados índices de investimento e uma gestão com técnicos qualificados. Podem já apostar na formação dos seus recursos humanos e na qualidade dos produtos, investindo mesmo em tecnologia de criação e controlo dessa mesma qualidade.

Estas empresas terão usufruído nos anos 80 de uma mão de obra pouco reivindicativa. Depois de numerosos conflitos registados nos anos que se seguiram à Revolução de 1974, esta aparente acalmia dever-se-á, na opinião de

uns, às dificuldades vividas pelos trabalhadores nas greves dos anos 70, ou ao medo ainda presente do desemprego, ou ainda, a uma contestada actuação do sindicato dos têxteis. Na opinião de outros, uma considerável elevação do nível de vida dos operários tem contribuído para um apaziguamento das relações entre trabalhadores e empresários, permitindo, inclusivamente, que se comece a falar de uma hipotética cultura de empresa. A confirmar-se, ela terá hoje mais a ver com os técnicos e operários mais qualificados das empresas do que com a restante mão de obra que é, ainda, a grande maioria.

Gráfico 4: Estrutura da indústria transformadora no concelho da Covilhã em 1984 e 1988



Pessoal ao serviço.

Fonte: Quadros de pessoal do Ministério do Trabalho de 1984 e 1988.

Sem elementos para uma análise mais profunda deste tema, avancemos a necessidade de ter em linha de conta comportamentos, histórias de vida ou solidariedades diferenciadas, consoante o local de pertença dos operários (cidade, Unhais da Serra ou Tortozendo, por exemplo). Tudo indica que estamos perante vivências, aspirações e valores nem sempre coincidentes, o que poderá estar relacionado com a articulação entre a actividade industrial e a exploração de pequenas parcelas agrícolas, só assumida pelos operários da periferia.

O têxtil na Covilhã nunca chegou a ocupar um lugar realmente dinamizador. Monopolizou mas não se especializou nem modernizou. Hoje tem dificuldades em se tornar no eixo de desenvolvimento da região.

Os lanifícios na Covilhã estão ainda a sofrer um processo fortemente selectivo, sendo de prever, a curto/médio prazo, o encerramento de mais

unidades industriais. A sobrevivência passa obrigatoriamente por vencer o atraso relativamente aos países mais desenvolvidos, contando, já, com o desafio dos países de leste europeu. A C.E.E. abriu novos mercados mas aumentou, também, a competitividade. A concorrência é tanto mais complexa quanto se trata de um mercado de matérias primas muito restrito e com alta constante de preços, numa altura em que a qualidade da lã é uma variável fundamental.

Considerações finais

No conjunto das instituições que têm contribuído para o desenvolvimento da região, ressalta a importância da Universidade da Beira Interior. Apesar de contar com um período ainda curto de actividade e independentemente de controvérsias geradas em torno da instituição, podem já destacar-se dois efeitos fundamentais: de atracção/fixação temporária ou permanente de quadros superiores na região; de maior recepção, circulação e criação de informação e saberes especializados. A universidade, enquanto instituição privilegiada de produção de saberes multidisciplinares, poderá contribuir de modo insubstituível na definição de estratégias de desenvolvimento económico-social, com grande impacto na região.

Directamente decorrente da actividade universitária, assiste-se a acréscimos significativos de muitas economias familiares através do aluguer de quartos ou partes de casa aos estudantes. Multiplicam-se, simultaneamente, os bares e cresce o comércio em geral, dando resposta a uma procura crescente e mais exigente que anima os espaços públicos da cidade. Por outro lado, o retorno que se tem verificado de quadros médios e superiores naturais da região, contraria e inverte a tendência em se formarem e fixarem nas regiões do litoral, consolidando a afirmação de uma classe média em crescimento. A mudança está em curso...

A complexificação da teia urbana, uma paisagem rural em visível modernização e a evidência de espaços de nítida segregação, exigem uma leitura que articule capacidade induzida pelo exterior e dinâmica local na produção, gestão e apropriação de um património social, económico e cultural regional, não sem fortes conflitos e contradições. Dinâmica à qual não será alheia a presença de identidades culturais, umas mais recentes e outras já consolidadas pelo tempo, capazes de induzir sentimentos de pertença. E estes serão, sem dúvida, um potencial social insubstituível.

Notas

- 1 A.GIDDENS, *La constitution de la société: Éléments de la théorie de la structuration*, Paris, PUF, 1987, p.30.
- 2 *Idem*, p.29.
- 3 Os rebanhos usufruíram aqui de benefícios régios importantes na sua transumância, com direito de canada até ao Baixo Alentejo. Facto que terá originado, no sec.XIII, conflitos entre pastores da Covilhã e os templários implantados na região de Castelo Branco, onde os primeiros usufruíram livremente dos terrenos de passagem dos segundos.
- 4 A.INGERSON, "Uma história cultural e comparada", *Análise Social*, nº72-73-74, Lisboa, I.C.S., 1982, pp.1468-1472.
- 5 M.CABRAL, *Portugal na Alvorada do sec.XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p.339.

Bibliografia

- ALMEIDA J.CASTEL BRANCO I., "Covilhã: problemas económicos e urbanos", p.339, in *Jornadas da Beira Interior*, Tomo II, organizado e editado pelo Jornal do Fundão, 1985.
- BOURDIEU P., *La distinction*, Paris, Ed. Minuit, 1982, pp. 473-490.
- BRAZ J., "Pormenores da vida Prática", *Boletim Municipal*, Covilhã, 1957, p.17.
- CABRAL M., *Portugal na Alvorada do sec.XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p.339.
- DUARTE M., MARANHÃO M., "Socio-economic conditions of single-women in Portugal". *National Report on the Portuguese Situation*, Lisboa, 1989 (publicação parcial em português in: Duarte M., Maranhão M., "Contribuição para o estudo das mulheres sós em Portugal", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 9, 1991, pp. 89 - 106.
- GIDDENS A., *La constitution de la société: Éléments de la théorie de la structuration*, Paris, PUF, 1987, p.474.
- GODINHO V., citado por Delgado, R., *No centenário da Escola Industrial Campos Melo na Covilhã*, (1884-1984), Covilhã, 1984, Ed. do Autor, p.16.
- INGERSON A., "História cultural e comparada da indústria textil no Vale do Ave". *Análise Social*, nº 72-73-74, Lisboa, ICS, 1982, pp.1468-1472.
- LAUWE C., (direcção de), *Transformations sociales et dynamiques culturelles*, Paris, C.N.R.S., 1981, p.207.
- MENDES J., "Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no séc.XIX", *Análise Social*, nº 61-62, Lisboa, ICS, 1980, P.42.
- P.N.A.A., "A monografia de Esteves Pereira sobre a Covilhã e a indústria de Lanifícios", *Lanifícios*, Boletim Mensal, F.N.I.L., pp.643-685.
- PROENÇA R., *Guia de Portugal*, vol.III, Tomo 2, (1940?), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2ª Edição, 1984, p.725.
- RODRIGUES M., *Pour une alternative aux approches du marché du travail: le système d'emploi*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas, Sorbonne, 1987, p.166.
- SANTOS M. LIMA, FERREIRA V., *O 25 de Abril e as lutas sociais na empresa*, Porto, Afrontamento, 1976, pp.105-106.
- SILVA J., *História da Covilhã*, Covilhã, Ed. do autor, 1970, pp.11-134.
- SILVA M., et al., *Retorno, emigração e desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, I.E.D., 1984, pp.149-187.
- A região centro em mapas e números*, (sem indicação do autor), C.C.R.E., Ministério da Administração Interna, 1983.
- Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira*, (sem indicação do autor), C.P.R.E., Ministério da Administração Interna, 1973, p.2.
- Jornal República*, 10 de Maio de 1971.
- Jornal do Fundão*, 23 de Março de 1990.